

Dir n.º 15 / 61

Dispõe sobre um empréstimo de Cr\$ 7.700.000,00, a ser contratado com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

Seus Vossa, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Angatuba decreta e em promulga a seguinte lei:

Artigo 1.º) - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contratar com a Caixa Econômica do Estado de S. Paulo, um empréstimo até a importância de Cr\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil cruzeiros) destinado a realização das obras de pavimentação parcial da sede do município de acordo com os estudos e projetos elaborados e aprovados a propósito.

Artigo 2.º) - Fica expressamente autorizada a inclusão no contrato que for celebrado, de todas as cláusulas e condições adotadas em operações dessa natureza e, de modo especial as seguintes:

- a) - prazo máximo até - 5 - (cinco) anos, com saída em prestações mensais de juros e amortizações pela Tabela Price, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após a entrega da última parcela do empréstimo;

- b) juros de 11% (onze por cento) ao ano, contados desde o recolhimento da primeira parcela do empréstimo, sujeitos à majoração de 1% (um por cento) na falta de pagamento, nos prazos estipulados, das prestações de juros e amortização do empréstimo, vigorando o aumento durante o período de atazo;
- c) garantia das rendas provenientes das taxas de pavimentação e das demais rendas do município, inclusive o excesso de arrecadação devido pelo Estado, nos termos do artigo 67 da Constituição do Estado de S. Paulo e 50% (cinquenta por cento) da quota de que trata o artigo 15, § 4º, da Constituição Federal;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, para atender às despesas de execução judicial, no caso de inadimplemento de contrato por qualquer das partes.

Artigo 3º) - As leis orçamentárias consignarão verbas especiais para o pagamento de juros e amortização do financiamento, que será custeado com as rendas dos próprios serviços e subsidiariamente com as demais rendas municipais.

Artigo 4º) - Para o efeito da garantia mencionada na alínea "c", parte inicial, do artigo 2º, as taxas que passaram a ser arrecadadas desde que os serviços sejam postos à disposição dos beneficiários, nos termos da lei municipal n. 2/61, de 2/3/61, serão ajustadas às necessidades de custos e condições, mediante estudo econômico e financeiro. A Prefeitura Municipal depositará na Agência local da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em conta aberta em nome do município,

o produto total da taxa de pavimentação em cada exercício, à medida que for sendo arrecadada, libelando-se o que suceder aos encargos financeiros contratuais de cada exercício, creditando à Caixa os juros normais sobre os saldos eventualmente existentes e apurados mês a mês; a credora é autorizada a transferir da referida conta as importâncias necessárias para satisfação das prestações mensais de juros e de amortização de capital e juros, no dia imediato ao dos respectivos vencimentos.

Artigo 5º) - Para cumprimento e efetivação da garantia de que trata a alínea "c)", partes médias e final, do artigo 2º), fica a Prefeitura Municipal autorizada a cumprir à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em caráter irrevogável e exclusivo, os poderes necessários para o recolhimento da contribuição de que trata o artigo 67 da Constituição Estadual, e a contribuição da quota de que trata o artigo 15, § 4º da Constituição Federal, devendo a Caixa entregar ao município o total das quotas que receber, ou o saldo respectivo, na hipótese de atraso no pagamento das prestações do empréstimo.

Artigo 6º) - Fica igualmente a Prefeitura Municipal autorizada a contratar a execução das obras, observadas as condições que forem estipuladas na escritura de concessão do empréstimo.

Parágrafo Único - O contrato respectivo obedecerá à minuta adotada para os municípios desta natureza, reservando-se, à credora, a faculdade de exercer a direção técnica e a fiscalização das obras, por intermédio de seus órgãos próprios, em regime que melhor consulte os interesses do município, obedecendo as especificações constantes do orçamento já elaborado.

Artigo 7º)- Fica o Poder Executivo autorizado a pagar, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a taxa de abertura do presente crédito, no importe de Cr\$ 77.000,00 (setenta e sete mil cruzeiros) fixada segundo a Resolução nº C. C. E. S. P. - Co. 1 - 2161, correndo a despesa à conta do crédito especial aberto pelo artigo subsequente.

Artigo 8º)- Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de Cr\$ 2.180.000,00 (dois milhões e cento e oitenta mil cruzeiros) com vigência de 2 (dois) anos para ocorrer às despesas de escritura e outros decorrentes da contratação do empréstimo autorizado no artigo 1º, inclusive ao pagamento de juros, sobre as parcelas que forem entregues pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, referentes ao mesmo empréstimo.

Parágrafo I - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes de operações de crédito que se figurem necessários e que ficam autorizados.

Artigo 9º)- Fica igualmente aberto na Contadoria Municipal, crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00 (sete milhões e setecentos mil cruzeiros) com vigência de 3 (três) anos, a partir da assinatura do contrato de empréstimo autorizado pela presente lei.

§ 1º)- O valor do presente crédito será empregado exclusivamente na execução das obras de pavimentação, nos termos do artigo 1º desta lei.

§ 2º)- O presente crédito será coberto com o recurso previsto na operação financeira autorizada pelo artigo primeiro da presente lei.

Artigo 10º)- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Puguatuba, em 20 de setembro de 1961

1

a) Louçã Vieira

Presidente municipal

Publicado nesta data.

a) Natal Lavali

Respondido pela Secretaria.